

## REVISÃO DO PDM DA LOUSÃ

### AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

#### RESUMO NÃO TÉCNICO

Câmara Municipal da Louçã



SETEMBRO 2011



---

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**  
**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA LOUSÃ**

---

**Volume I – Resumo Não Técnico**

Volume II – Relatório Ambiental

## ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO .....	3
2	OBJETIVOS .....	4
3	OBJETO DE AVALIAÇÃO .....	5
4	ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL .....	11
5	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO .....	12
6	FATORES CRITICOS PARA A DECISÃO .....	15
7	ANÁLISE DE INCOMPATIBILIDADES E SINERGIAS .....	16
8	ANÁLISE SWOT - SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE TENDENCIAL.....	17
9	AVALIAÇÃO DE OPORTUNIDADES E RISCOS DECORRENTES DO PLANO .....	19
9.1	FCD Ordenamento do Território .....	19
9.2	Qualidade Ambiental.....	20
9.3	Riscos Naturais e Tecnológicos.....	21
9.4	Biodiversidade .....	21
9.1	Património Cultural .....	23
10	SÍNTESE DE OPORTUNIDADES E RISCOS.....	24
11	SINTESE DAS DIRETRIZES DE GESTÃO E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DOS EFEITOS DO PLANO.....	26
12	SINTESE DO QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO .....	28
13	PLANO DE SEGUIMENTO E QUADRO DE CONTROLO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO .....	29
14	CONCLUSÃO .....	32

## 1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) ao Relatório Ambiental do processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) relativo à Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) da Lousã, promovido pela Câmara Municipal da Lousã.

A revisão do PDM da Lousã encontra-se sujeita a AAE, nos termos do disposto nas alíneas c) do n.º 2, do art. 86º, do D.L. n.º 380/99, de 22 de setembro, com alterações introduzidas e republicação operada pelo D.L. n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, e a) do n.º 1 do artigo 3º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de junho, que transpõe para o direito nacional, a Diretiva Europeia 2001/42/CE, de 25 de junho.

A revisão do PDM encontrava-se em fase de conclusão aquando da entrada em vigor da legislação acima referida, como tal o processo de avaliação ambiental iniciou-se tendo de excluir do âmbito do mesmo a análise de alternativas, uma vez que as propostas efetuadas no âmbito da revisão já se encontravam definidas, nomeadamente, as opções estratégicas de desenvolvimento e os modelos de organização territorial e de proteção/valorização ambiental definidos nas Plantas de Ordenamento e Condicionantes, bem como no Regulamento, aguardando-se apenas o seguimento para Consulta Pública.

O presente RNT pretende sintetizar a informação relevante que resultou da AAE efetuada, nomeadamente as oportunidades e riscos de natureza ambiental e estratégica identificados, bem como as diretrizes de gestão sustentável e ainda um Plano de seguimento da execução do PDM, com um princípio orientador para a sustentabilidade ambiental ao PDM.

É recomendada a consulta do Relatório Ambiental para uma apreensão mais rigorosa e aprofundada do exposto no presente RNT.

## 2 OBJETIVOS

O objetivo da elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica da revisão do Plano Diretor Municipal da Lousã, dando cumprimento à legislação em vigor (no art. 2º do DL nº 232/2007), é identificar, descrever e avaliar as consequências das opções estratégicas, concretizadas no conteúdo do plano (Peças escritas e desenhadas), ao nível dos seus impactes de natureza estratégica, designadamente oportunidades e riscos de índole ambiental.

A presente AAE pretende também definir um quadro de Diretrizes de minimização dos efeitos negativos, um quadro de Governança para a ação e ainda, fundamentalmente, um quadro de Seguimento/Controlo da implementação do plano, com vista ao acompanhamento das oportunidades e riscos previstos no âmbito da presente.

### 3 OBJETO DE AVALIAÇÃO

O objeto desta AAE incide sobre os propósitos da revisão do Plano Diretor Municipal da Lousã, que visa o desenvolvimento equilibrado do território, tornando-o qualificado, dinâmico, atrativo e com elevada qualidade de vida, através da proteção, valorização e promoção do património natural e paisagístico, com recurso a uma política de ordenamento sustentável, almejando assegurar maior coesão territorial e económico-social, que permita consolidar e melhorar a posição do concelho da Lousã no contexto regional e, simultaneamente, potenciar a diversidade e qualidade dos seus recursos para um mercado turístico exigente.

Os **Vetores Estratégicos** subjacentes à revisão do PDM da Lousã e que, por sua vez, fazem parte do objeto da presente avaliação são:

- ✓ Afirmação e consolidação da posição do concelho da Lousã na região;
- ✓ Manutenção da qualidade ambiental e paisagística do concelho;
- ✓ Salvaguarda e recuperação do Património Natural, Arqueológico e Histórico-arquitetónico;
- ✓ Promoção da complementaridade entre as atividades económicas, a cultura e o ambiente natural.

*“No sentido de atingir o objetivo assente nos referidos vetores, foram definidos os seguintes **Objetivos Estratégicos** que se inter-relacionam e completam na sua ação”<sup>1</sup>*, e que constituem, num nível de maior concretização, matéria objeto da avaliação ambiental a que a AAE se dedica (Quadro 1). Cada um dos Objetivos Estratégicos definidos é composto por conjunto de medidas/iniciativas territoriais propostas que os procuram consubstanciar e materializar (Quadro 1).

Na Figura 1 apresentam-se alguns exemplos das principais iniciativas propostas e a sua localização no município.

---

<sup>1</sup> Citação retirada do Relatório 2, documento elaborado no âmbito da revisão do PDM da Lousã.



Quadro 1 – Ações e medidas previstas para cada Objetivo Estratégico do Plano Diretor Municipal da Lousã.

1. Afirmação do concelho, no contexto regional e nacional, como área privilegiada de oferta de atividades económicas, turísticas e de lazer, sustentada no ambiente natural e nos recursos endógenos com destaque para a floresta	2. Ajustamento das acessibilidades inter-regionais e conservação/monitorização das vias intraconcelhias	3. Conclusão e manutenção da política de infraestruturização e saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais, conciliada com sistemas multimunicipais	4. Adequação dos equipamentos coletivos e serviços de carácter social, cultural, educativo, de saúde, bem como das infraestruturas industriais e económicas às necessidades da população	5. Promoção, valorização e preservação do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico	6. Implementação, dinamização e monitorização dos diversos Planos com recurso a novas tecnologias da informação
<p>1.1. Construção de diversos hotéis no concelho: Hotel na Quinta do Areal e Hotel em Vilarinho;</p> <p>1.2. Melhoramento e uniformização da sinalética de informação turística no Concelho;</p> <p>1.3. Elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico;</p> <p>1.4. Reforço na aposta do turismo ecológico/ambiental;</p> <p>1.5. Apoio à inserção do concelho em circuitos turísticos.</p>	<p>2.1. Prolongamento da variante N342, até Arganil;</p> <p>2.2. Remodelação e requalificação urbana da linha ferroviária da Lousã e respetivas estações e apeadeiros, no âmbito da modernização da linha da Lousã pela Metro Mondego;</p>	<p>3.1. Construção do Estaleiro Municipal;</p> <p>3.2. Criação de um parque de sucatas na zona industrial do Padrão;</p> <p>3.3. Construção de novas ETAR em Fontainhas (Póvoa), Foz de Arouce, Serpins (Aveçada) e Casal de Ermio;</p> <p>3.4. Construção de redes de drenagem de águas residuais em todos os aglomerados urbanos do Concelho.</p> <p>3.5. Ampliação do aeródromo;</p> <p>3.6. Reforço das redes de infraestruturas de água e saneamento básico.</p> <p>3.7. Instalação de Placares de sinalização de risco de incêndio em áreas florestais</p>	<p>4.1. Novo centro de saúde da Lousã;</p> <p>4.2. Construção de uma nova Escola EB 1,2,3;</p> <p>4.3. Construção de escola de trânsito em Foz de Arouce;</p> <p>4.4. Construção de um Centro de Dia em Foz de Arouce;</p> <p>4.5. Construção de novos equipamentos com valência de creches ao nível do concelho, essencialmente nas sedes de freguesia;</p> <p>4.6. Novo cemitério para a Lousã;</p> <p>4.7. Construção de cemitério na freguesia das Gândaras;</p> <p>4.8. Ampliação do cemitério de Serpins;</p> <p>4.9. Construção do canil municipal;</p> <p>4.10. Construção de uma zona de caça com campo de treinos junto ao campo de futebol das Gândaras;</p> <p>4.11. Construção de zona de lazer e desporto na área envolvente ao aeródromo;</p> <p>4.12. Polidesportivo nas Gândaras;</p> <p>4.13. Polidesportivo em Serpins;</p> <p>4.14. Requalificação do polidesportivo de Casal de Ermio;</p> <p>4.15. Construção de zona desportiva da Lousã junto ao novo centro de saúde;</p> <p>4.16. Reforço da aposta no desporto escolar/ desporto jovem;</p> <p>4.17. Descentralização das valências da Ação Social da sede de Concelho para as freguesias;</p> <p>4.18. Alargamento dos serviços de saúde prestados no âmbito das extensões do centro de Saúde;</p> <p>4.19. Construção do novo centro de formação profissional (IEFP);</p> <p>4.20. Construção da Escola Profissional da Lousã;</p> <p>4.21. Criação de pólos industriais e empresariais;</p> <p>4.22. Criação de programas específicos de incentivo à qualificação e promoção de emprego feminino;</p> <p>4.23. Criação de emprego ao nível do setor turístico;</p> <p>4.24. Criação de novos cursos profissionais com repercussão direta na criação de postos de trabalho no concelho (Turismo, floresta, hotelaria, restauração, ambiente);</p> <p>4.25. Implementação de esquema de incentivos à instalação de agentes industriais no concelho;</p> <p>4.26. Requalificação dos espaços industriais no sentido de melhorar o enquadramento paisagístico e urbanístico;</p> <p>4.27. Criação de um Ecocentro na ZI do Alto Padrão;</p> <p>4.28. Requalificação do Quartel de Bombeiros Municipais da Lousã;</p> <p>4.29. Construção do Quartel de Bombeiros Voluntários de Serpins;</p> <p>4.30. Requalificação do Cine Teatro;</p> <p>4.31. Regeneração urbana do Centro Tradicional da Lousã.</p>	<p>5.1. Recuperação da casa da natureza na Sr.ª da Piedade para venda de artesanato, centro de interpretação e ponto de partida de percursos turísticos;</p> <p>5.2. Requalificação e recuperação dos percursos pedestres na Serra da Lousã;</p> <p>5.3. Recuperação para fins turísticos da Catraia da Ti Joaquina na Serra da Lousã;</p> <p>5.4. Criação de área classificada no altar do Trevim;</p> <p>5.5. Integração da Rede Natura 2000 em projeto de Interpretação ambiental, postos de observação da fauna e percursos ambientais;</p> <p>5.6. Criação de um parque de campismo de montanha;</p> <p>5.7. Criação da estrada panorâmica na Serra da Lousã;</p> <p>5.8. Praia fluvial de Foz de Arouce;</p> <p>5.9. Ampliação da praia fluvial da Casal de Ermio;</p> <p>5.10. Projetos de recuperação e beneficiação de troços de vias antigas, nomeadamente, através da criação de percursos orientados e interpretativos, integrados na estratégia de animação e dinamização do concelho da Lousã;</p> <p>5.11. Criação de rotas turísticas de valor arqueológico, geológico, industrial e cultural, integradas na estratégia de animação e dinamização do concelho da Lousã.</p>	<p>6.1. Conclusão dos Planos de Urbanização em fase de elaboração;</p> <p>6.2. Articulação com os restantes Planos existentes para o Concelho;</p> <p>6.3. Criação do Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), dotando-o com as valências multidisciplinares necessárias;</p>





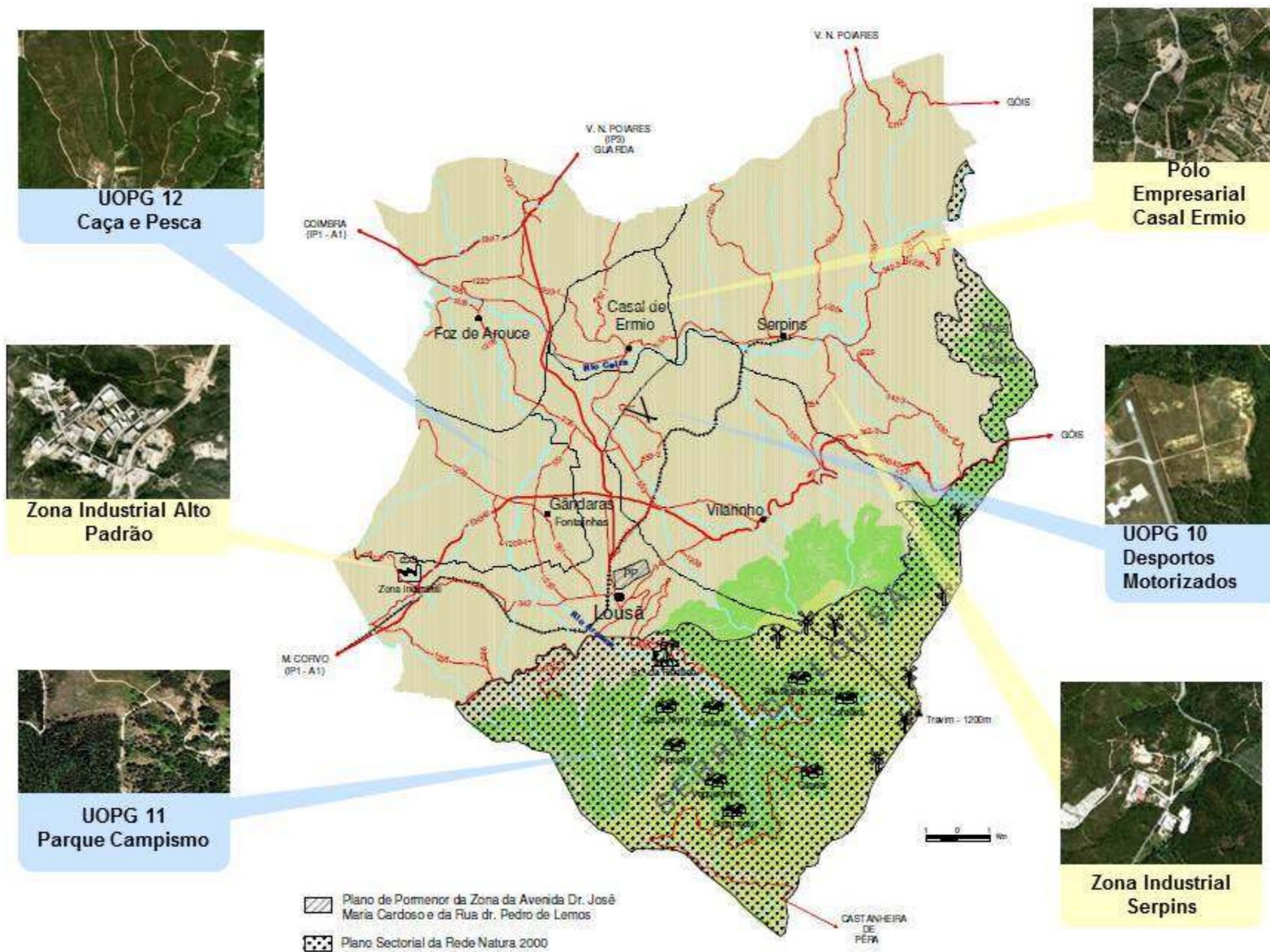


Figura 1 - Principais Iniciativas Propostas



#### **4 ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL**

O envolvimento institucional iniciou-se em 1998 com a publicação da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA), desde então diversas reuniões têm realizado a apreciação dos diferentes aspetos técnicos. De entre as entidades representadas na CTA destacam-se: CCDR-C; DGOTDU; DRABL; DREC; IGESPAR; AFN; EP; ICNB.

Numa primeira fase importa salientar que em 1999 foram publicados anúncios em jornais nacionais e regionais convidando os interessados a participar na revisão do PDM da Lousã, tendo os resultados desta consulta sido devidamente analisados e ponderados.

Para efeitos de determinação do âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão) foram consultadas as seguintes Entidades com responsabilidades específicas (ERAE):

- Agência Portuguesa do Ambiente;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- Instituto da Água, IP;
- Administração da Região Hidrográfica do Centro;
- Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade;
- Autoridade Florestal Nacional;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.

O presente Relatório Ambiental (bem como este Resumo Não Técnico) será submetido às ERAE ainda ante da apresentação do PDM e o Relatório ambiental serem posteriormente levados a Consulta Pública.

Finda a Consulta Pública e aprovado o plano, a autarquia enviará à Agência Portuguesa de Ambiente uma Declaração Ambiental onde consta a forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no plano, entre outras.

## 5 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

Foi elaborado um do Quadro de Referência Estratégico cujo papel é o de enquadrar a proposta do plano diretor municipal em análise, no quadro estratégico de planos, programas e estratégias nacionais que servem de referencial à avaliação ambiental estratégica, designadamente:

- Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial – PNPOT
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro – PROTC
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005 – 2015 – ENDS
- Programa Operacional Temático Valorização do Território – POTVT (QREN)
- Plano Estratégico Nacional do Turismo – PENT
- Plano Nacional de Desenvolvimento Rural – PNDR
- Plano Nacional da Água – PNA
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013 – PEAASAR II
- Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais – ENEAPAI
- Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água - PNUEA
- Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos para o período de 2007-2006 - PERSU II
- Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação - PANCD
- Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Mondego – PBHM
- Plano sectorial da Rede Natura 2000 – PSRN 2000
- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PNDFCI
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte – PROFPIN
- Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade - ENCNB
- Programa Diretor de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (PD-ICE) para o Município da Lousã.
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PMDFCI
- Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética – PNAEE
- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Lousã – PMEPCCL

O Quadro 2 procura sumarizar a informação relativa à convergência do Quadro de Referência Estratégico e dos objetivos estratégicos da revisão do PDM.



Quadro 2 – Síntese da convergência entre o Quadro de Referência Estratégico e os objetivos estratégicos do PDM da Lousã em revisão.

QRE	PDM Lousã					
	I. Afirmação do Concelho, como área privilegiada de oferta de atividades económicas, turísticas e de lazer, sustentada no ambiente natural e nos recursos endógenos com destaque para a floresta.	II. Ajustamento das Acessibilidades inter-regionais e conservação/monitorização das vias intraconcelhias.	III. Conclusão e manutenção da política de infraestruturização e saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais, conciliada com sistemas multimunicipais.	IV. Adequação dos equipamentos coletivos e serviços de carácter social, cultural, educativo, de saúde, bem como de infraestruturas industriais e económicas, às necessidades da população.	V. Promoção, valorização e preservação do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico.	VI. Implementação, dinamização e monitorização dos planos, com recurso a novas tecnologias de informação.
PNPOT	●	●	●	●	●	●
PROTC	●	●	●	●	●	●
ENDS	●	●	●	●	●	●
POTVT	●	●	●	●	●	●
PENT	●	○	○	●	●	●
PNDR	●	○	○	●	○	●
PNA	●	○	●	●	●	○
PEAASAR II	●	○	●	●	●	○
ENEAPAI	●	●	●	●	●	○
PNUEA	●	○	●	●	●	○
PERSU II	●	○	●	●	○	○
PANCD	●	●	●	●	●	●
PBHM	●	○	●	●	●	○
PSRN2000	●	○	○	○	●	●
PNDFCI	○	●	○	●	●	●
PROFPIN	●	●	○	●	●	○
ENCNB	●	○	○	○	●	●
PD-ICE	●	○	●	●	●	○
PMDFCI	○	●	○	●	●	●
PNAEE	○	○	○	○	○	○
PMEPCL	○	●	○	●	○	●

○ LIGAÇÃO FRACA    ● LIGAÇÃO MÉDIA    ● LIGAÇÃO FORTE



## 6 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Atendendo aos Objetivos estratégicos do plano, ao Quadro de Referência Estratégico definido e às principais problemáticas do ponto de vista ambiental existentes no município da Lousã, consideram-se na presente AAE da Revisão do PDM da Lousã os Fatores Críticos de Decisão constantes no Quadro 3.

Quadro 3 – Fatores Críticos de Decisão considerados na AAE da revisão do PDM da Lousã.

Fator Crítico de Decisão	Descrição
<b>Ordenamento do Território</b>	Pretende avaliar os efeitos da revisão do Plano sobre o ordenamento do território, com destaque para os diferentes usos e aptidões do solo, a dimensão de qualificação dos recursos humanos endógenos e sua relação com a fixação de atividades de valor acrescentado e avaliar a forma como é promovido o espaço rural e a sua relação com a estrutura urbana.
<b>Qualidade Ambiental</b>	Pretendem-se identificar possíveis consequências decorrentes de ações previstas na proposta de revisão do PDM, que possam vir a ter influência na qualidade ambiental e que correspondem aos impactes de natureza estratégica, positivos e negativos face aos aspetos ambientais: recursos hídricos, resíduos, ambiente acústico, qualidade do ar e energia
<b>Riscos Tecnológicos e Naturais</b>	Pretende-se avaliar a contribuição do PDM da Lousã para a prevenção de riscos naturais e tecnológicos, através de uma análise que avalia as oportunidades e os riscos, que correspondem aos impactes de natureza estratégica, positivos e negativos face aos aspetos: incêndios, erosão dos solos, cheias, contaminação.
<b>Biodiversidade</b>	Avaliar as principais consequências da Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) sobre os valores naturais de interesse conservacionista (flora, fauna, habitats) e demais valores fundamentais para a sua conservação presentes no município da Lousã.
<b>Património Cultural</b>	Avaliar a forma como os recursos culturais contribuem para a valorização do território; avaliar a importância deste fator como suporte indispensável ao desenvolvimento sustentável do município; avaliar o contributo do Plano para a preservação e valorização do património cultural, designadamente o arquitetónico e arqueológico.

Para cada Fator Crítico de Decisão foram definidos critérios de avaliação e indicadores, com o objetivo de conferir uma dimensão analítica aos FCD, estabelecendo o âmbito da avaliação e o nível de pormenor da informação analisada.



## 7 ANÁLISE DE INCOMPATIBILIDADES E SINERGIAS

Apresenta-se de seguida as potenciais incompatibilidades e sinergias que possam ocorrer entre os Objetivos estratégicos do próprio PDM (Quadro 4). O objetivo desta análise é o de detetar potenciais razões de sinergias entre objetivos estratégicos, que motivem oportunidades, bem como potenciais conflitos que constituam um risco ao desenvolvimento do Concelho. As potenciais incompatibilidades e sinergias identificadas foram alvo de uma análise mais atenta no Relatório Ambiental.

Quadro 4 – Matriz de Incompatibilidades e Sinergias entre Objetivos estratégicos do PDM da Lousã.

OE I	OE I					
OE II	Sinergia	OE II				
OE III			OE III			
OE IV	Sinergia		C	OE IV		
OE V	A	B	F, G	D, E	OE V	
OE VI	Sinergia				Sinergia	OE VI

Sinergia  
 Conflito Potencial  
 Sem Relação

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE) DA REVISÃO DO PDM:

**Objetivo Estratégico I** - Afirmação do concelho, no contexto regional e nacional, como área privilegiada de oferta de atividades económicas, turísticas e de lazer, sustentada no ambiente natural e nos recursos endógenos com destaque para a floresta.

**Objetivo Estratégico II** - Ajustamento das acessibilidades inter-regionais e conservação/monitorização das vias intraconcelhias.

**Objetivo Estratégico III** - Conclusão e manutenção da política de infraestruturização e saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais, conciliada com sistemas multimunicipais.

**Objetivo Estratégico IV** - Adequação dos equipamentos coletivos e serviços de carácter social, cultural, educativo, de saúde, bem como das infraestruturas industriais e económicas às necessidades da população.

**Objetivo Estratégico V** - Preservação, valorização e promoção do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico.

**Objetivo Estratégico VI** - Implementação, dinamização e monitorização dos diversos planos de nível concelhio, regional e nacional.

### CONFLITOS POTENCIAIS IDENTIFICADOS:

A – conflito potencial entre as atividades turísticas e a preservação do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico

B – conflito potencial entre a construção/ampliação de novas vias de comunicação e a preservação do património natural e paisagístico

C – conflito potencial entre a ampliação do aeródromo e o bem-estar e qualidade de vida da população vizinha

D – Sinergia potencial entre novos dos espaços industriais (incluindo ampliação), a criação de um ecocentro e a preservação do património natural e paisagístico do concelho

E – Sinergia potencial entre a aposta na formação profissional nas áreas ambiente e floresta e a preservação do património natural e paisagístico do concelho

F – Sinergia potencial entre a criação de um parque de sucatas e a preservação do património natural e paisagístico do concelho

G – Sinergia potencial entre a conclusão e manutenção de uma política de infraestruturização e a melhoria da qualidade da água nas diversas linhas de água no concelho, com a consequente melhoria da qualidade da águas das diversas praias fluviais existentes e a criar

## 8 ANÁLISE SWOT - SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE TENDENCIAL

O

Quadro 5 apresenta uma análise SWOT da situação existente e tendencial do Concelho da Lousã para os Fatores Críticos para a Decisão selecionados no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, dando a indicação sobre os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças ao território municipal.

Quadro 5 – Análise SWOT da situação atual

Fator Crítico para a Decisão	Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
<b>Ordenamento do Território</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Serra da Lousã: elemento de marca do concelho;</li> <li>- Destino turístico com reconhecimento externo;</li> <li>- Produtos Endógenos de Qualidade: mel, castanha, cabrito, vinho, doces tradicionais;</li> <li>- Dinâmica Empresarial;</li> <li>- Acessibilidade Ferroviária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acessibilidades Rodoviárias: excessiva dependência da EN 17 e debilidade das ligações internas;</li> <li>- Desarticulação da oferta turística: planeamento integrado das diversas atividades;</li> <li>- Diversidade de alojamento turístico ainda com alguma escassez;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quadro institucional/ Contexto regional: diversidade institucional;</li> <li>- Aposta nacional no setor do turismo;</li> <li>- Crescimento do Turismo de Montanha;</li> <li>- Metro de superfície;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixo Nível de Cooperação Institucional;</li> <li>- Concorrência de outros municípios mais abertos à transformação e inovação da base económica;</li> <li>- Deficiências nas acessibilidades exteriores;</li> <li>- Conjuntura económica desfavorável;</li> <li>- Envelhecimento da população.</li> </ul>
<b>Qualidade Ambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação de sistemas de recolha de RSU conducente à reciclagem de materiais e serviço de recolha de resíduos de grandes dimensões “monos”, óleos alimentares e pilhas;</li> <li>- Adesão ao sistema multimunicipal de tratamento de resíduos sólidos urbanos – ERSUC;</li> <li>- Sistema de monitorização do sistema de abastecimento de água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tendência de ocupação urbana ao longo das vias, com o conseqüente impacto na saúde pública ao nível do ruído e qualidade do ar;</li> <li>- Qualidade do espaço público das Zonas Industriais;</li> <li>- Eficiência Energética: inexistência de certificação energética e sistemas de microgeração em edifícios da autarquia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração do município no Sistema Multimunicipal de Saneamento do Baixo Mondego, das Águas do Mondego;</li> <li>- Construção de redes de drenagem de águas residuais em todos os aglomerados urbanos do Município ainda não servidos;</li> <li>- Criação de novos Espaços industriais (incluindo ampliação de existente)</li> <li>- Criação de um parque de sucata;</li> <li>- Criação de um Ecocentro;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redirecionamentos dos fundos comunitários para outro tipo de projetos que não contemplem as infraestruturas;</li> <li>- Ampliação do aeródromo e possível ampliação da qualidade de vida da população vizinha;</li> <li>- Degradação do ambiente natural devido à instalação de empreendimentos turísticos (incluindo o parque campismo) de unidades industriais poluentes.</li> </ul>
<b>Riscos Naturais e Tecnológicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Zona Industrial infraestruturada, com bons acessos e com lotes de terreno a preços acessíveis;</li> <li>- Proximidade a Coimbra facilitando o acesso a serviços de apoio a empresas;</li> <li>- Interesse da autarquia em dotar o município de condições para dar resposta às solicitações dos investidores, no quadro da sua competência – ampliação da zona industrial;</li> <li>- Valor significativo de área florestal no município, proporcionando a implantação de indústrias do setor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dispersão das unidades industriais pelo concelho;</li> <li>- Qualidade do espaço público das Zonas Industriais;</li> <li>- Pouca oferta em termos de solo industrial devidamente infraestruturado;</li> <li>- Insuficiente aproveitamento do potencial existente em energias renováveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção de novas ETAR;</li> <li>- Construção de redes de drenagem de águas residuais em todos os aglomerados urbanos do Município ainda não servidos;</li> <li>- Criação de um Ecocentro;</li> <li>- Remodelação e requalificação urbana da linha ferroviária da Lousã e respetivas estações e apeadeiros, no âmbito da modernização da linha da Lousã pela Metro Mondego;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possível incompatibilidade entre as zonas industriais e as zonas habitacionais, bem como entre as zonas de extração de minérios e as zonas habitacionais;</li> <li>- Degradação do ambiente natural devido à instalação de unidades industriais poluentes;</li> <li>- Burocracia dos procedimentos de licenciamento industrial;</li> <li>- Ameaça crescente dos fatores que originam a deslocalização das indústrias sedeadas no concelho;</li> </ul>
<b>Biodiversidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença de uma extensa área natural de elevado interesse ao nível dos valores naturais e ecológicos presentes paisagísticos: SIC PTCON0060 – Serra da Lousã;</li> <li>- Potencialidades para diversidade, riqueza e desenvolvimento ambiental, paisagístico e económico da floresta;</li> <li>- Considerável potencial para o recreio e valor paisagístico nos espaços florestais;</li> <li>- Existência de povoamentos de espécies autóctones;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pobreza paisagística resultante da exploração sistemática da mesma espécie florestal (pinheiro-bravo);</li> <li>- Os valores naturais são encarados como condicionante ao desenvolvimento urbano, principalmente nas áreas onde a pressão é mais elevada;</li> <li>- Cobertura florestal monótona e pouco diversificada, constituída essencialmente por pinheiro-bravo e eucalipto;</li> <li>- Povoamentos florestais de produção desadaptados às características fisiográficas do território (pinheiro-bravo e eucalipto);</li> <li>- Presença de exploração mineira (extração de inertes) consolidada inserida no perímetro florestal da Mata do Braçal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valores naturais e paisagísticos elevados e relativamente preservados com potencial de caracterização das paisagens rural e urbana;</li> <li>- Criação de ZIF's e elaboração dos respetivos planos de gestão florestal e planos de defesa da floresta;</li> <li>- Promoção de parcerias e/ou associações entre os setores público e privado, com vista a uma eficaz gestão do espaço florestal;</li> <li>- Existência de paisagem natural e áreas naturais com valor paisagístico elevado (paisagem, rio, praias fluviais,...);</li> <li>- Criação de áreas de aptidão florestal, turística e de recreio com vista à valorização do património natural, paisagem e biodiversidade do município;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Potenciais conflitos resultantes da pressão urbanística sobre património natural existente;</li> <li>- Possível falta de recursos humanos e financeiros com vista à correta gestão e implementação das iniciativas de proteção ambiental propostas;</li> <li>- O flagelo dos incêndios florestais recorrentes;</li> <li>- Risco elevado de ocorrência de incêndios e perda de biodiversidade devido à sua ocorrência;</li> <li>- Potenciais conflitos existentes entre as áreas extração de inertes previstas e a conservação e valorização dos valores ecológicos, da paisagem e da biodiversidade.</li> </ul>
<b>Património Cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversidade do património histórico e cultural (monumentos, aldeias, etc.);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mau estado de conservação de algum património arquitetónico;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Uso do regulamento do PDM para estabelecer medidas de preservação e conservação do Património;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manifestações arquitetónicas de caráter contemporâneo;</li> <li>- Degradação dos edifícios mais antigos</li> </ul>

Fator Crítico para a Decisão	Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
	- Potencial arqueológico do concelho	- Subaproveitamento de algum património arquitetónico.	- Reabilitação do património arquitetónico para criação de unidades de alojamento turístico.	- Perda dos elementos construtivos tradicionais.

## 9 AVALIAÇÃO DE OPORTUNIDADES E RISCOS DECORRENTES DO PLANO

### 9.1 FCD ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Relativamente ao FCD Ordenamento do Território verifica-se que a proposta de PDM envolve maioritariamente oportunidades:

- ☺ Segue as orientações decorrentes do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território ao promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidade intraurbanas e promover um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade;
- ☺ Atualização do PDM relativamente à legislação e aos IGT em vigor;
- ☺ Delimitar UOPG cujas intervenções contemplam, entre outras, a qualificação da rede viária, a criação e requalificação de áreas de lazer, a valorização das linhas de água, a implementação de unidade industriais, empresariais e turísticas e a requalificação de edificado;
- ☺ Redelimita os perímetros urbanos em função do crescimento verificado e previsto, e do cenário de desenvolvimento “dinâmico” que serve de base à proposta de PDM. A redelimitação foi efetuada com base em princípios coerentes com o quadro de referência estratégico;
- ☺ A melhoria da eficiência das redes de equipamentos coletivos e a melhoria da rede escolar;
- ☺ Redelimitar a REN e RAN segundo os critérios e parâmetros definidos pelas entidades competentes;
- ☺ Delimita a EEM, constituída pelas áreas, valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, designadamente as áreas de reserva ecológica nacional, assegurando a salvaguarda dos ecossistemas e a intensificação dos processos biofísicos.

Como principais riscos salientam-se:

- ☹ Inutilização de solo rural, solos classificados de REN e RAN, e de ocupação florestal, com um aumento da impermeabilização do solo;
- ☹ A criação ou expansão de zonas industriais em moldes “tradicionais” envolve também algum risco, atendendo às atuais condições de mercado. Contudo, é defensável do ponto de vista da criação de dinâmicas de desenvolvimento económico que contribuam para a melhoria da qualidade de vida;

- ☹️ Aumento do fluxo de veículos pesados decorrente da expansão das zonas industriais;
- ☹️ As potenciais dificuldades em inverter a tendência de despovoamento do meio rural, em consolidar a malha urbana na Vila da Lousã e em concretizar o cenário “dinâmico”, face às atuais condições de mercado;
- ☹️ A dificuldade de lidar com o problema do envelhecimento, ou de um potencial crescimento demográfico abaixo das estimativas no horizonte do plano, resultando numa menor necessidade de expansão das zonas habitacionais relativamente à proposta do PDM.

## 9.2 QUALIDADE AMBIENTAL

Relativamente ao FCD Qualidade Ambiental verifica-se que a proposta de PDM envolve maioritariamente oportunidades:

- 😊 Melhoria das condições de saneamento no município, nomeadamente novas ETAR, a extensão das redes de drenagem de águas residuais a todos os aglomerados urbanos, permitindo a melhoria da qualidade da água dos recursos hídricos municipais;
- 😊 Criação dos espaços industriais, incluindo a expansão de existente, proporcionando melhores condições de gestão ambiental às unidades dispersas no município e a futuras unidades.
- 😊 Criação de um parque de sucata, que impulsionará as atuais sucatas dispersas pelo município a passar para este novo espaço infraestruturado;
- 😊 Criação de um ecocentro, permitindo a gestão de resíduos a uma maior escala;
- 😊 Remodelação e requalificação urbana da linha ferroviária da Lousã e respetivas estações e apeadeiros, no âmbito da modernização da linha da Lousã pela Metro Mondego, melhorando a qualidade do ar, o ruído produzido e a eficiência energética;

Como principais riscos salientam-se:

- ☹️ Ampliação do aeródromo e conseqüente afetação da qualidade de vida da população vizinha;
- ☹️ Potencial degradação do ambiente natural devido à criação do parque de campismo e outros empreendimentos turísticos, novos espaços industriais (incluindo a ampliação) e conseqüentemente à instalação de unidades industriais poluentes;

### 9.3 RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

Relativamente ao FCD Riscos Naturais e Tecnológicos verifica-se que a proposta de PDM envolve maioritariamente oportunidades:

- ☺ Construção de novas ETAR;
- ☺ Construção de redes de drenagem de águas residuais em todos os aglomerados urbanos do Município;
- ☺ Criação de um parque de sucata e deslocação de sucateiras dispersas para este parque infraestruturado;
- ☺ Criação de pequenos pólos empresariais e industriais (incluindo a ampliação de existentes), permitindo melhores infraestruturas e condições de gestão ambiental às unidades dispersas no município e a futuras unidades;
- ☺ Criação de um ecocentro, o que promoverá a deposição correta e controlada de resíduos e diminuirá a deposição ilegal de resíduos;
- ☺ Ampliação do aeródromo, que permitirá assegurar uma melhor base de combate a incêndios;

Como principais riscos salientam-se:

- ☹ Possível incompatibilidade entre as zonas industriais e as zonas habitacionais, bem como entre as zonas de extração de minérios e as zonas habitacionais;
- ☹ Potencial degradação do ambiente natural devido à criação do parque de campismo e outros empreendimentos turísticos, novos espaços industriais (incluindo a ampliação) e consequentemente à instalação de unidades industriais poluentes;
- ☹ Possível aumento de inundações urbanas;
- ☹ Aumento da erosão do solo devido aos incêndios e precipitações fortes;

### 9.4 BIODIVERSIDADE

Da análise realizada para o FCD Biodiversidade identificaram-se as seguintes oportunidades, decorrentes da revisão do PDM da Lousã:

- ☺ Promoção e preservação dos valores naturais presentes no município, bem como a manutenção e promoção da continuidade entre dos sistemas essenciais à sustentabilidade ambiental e serviços ecológicos do concelho (corredores ecológicos) indo ao encontro da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza,

do Plano sectorial da Rede Natura 2000 e do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;

- 😊 Oportunidade de desenvolvimento de planos de gestão e ações de conservação com vista à melhoria das condições ecológicas que permitam suportar as espécies e habitats que levaram à classificação do Sítio de Importância Comunitária (SIC PTCON0060 – Serra da Lousã).
- 😊 Integração das orientações de gestão no PDM e do estabelecimento de medidas de conservação previstas no Plano sectorial da Rede Natura 2000.
- 😊 A definição da EEM assegura a continuidade ecológica entre áreas naturais, podendo ser considerada a manutenção de corredores ecológicos;
- 😊 Estabelecimento de uma área de floresta de proteção adequada à realidade municipal.

Em contrapartida, foram identificados alguns riscos decorrentes da revisão do PDM, dos quais se destacam os seguintes:

- ☹ Não integração no PDM (cartografia e orientações de gestão no Regulamento) de duas espécies de fauna de elevado interesse conservacionista (a salamandra-lusitânica – *Chioglossa lusitanica* – e o invertebrado cabra-loira – *Lucanus cervus*) com ocorrência no município, espécies constantes do Anexo B-II da Diretiva Habitats;
- ☹ Construção de novas acessibilidades no município que apresentam uma potencial ameaça à conservação das comunidades faunísticas presentes;
- ☹ Implementação de uma Área de Aptidão Turística (UOPG 13) do Parque de campismo de montanha inserida no SIC – Serra da Lousã e a requalificação da zona ribeirinha no do plano de uma reestruturação prevista do perímetro urbano (UOPG 1), coincidentes com a ocorrência de valores naturais de interesse conservacionista;
- ☹ Ausência de planos de gestão e/ou ação que visem a conservação da biodiversidade;
- ☹ Potencial risco decorrente da implementação de duas unidades de extração mineira, sobre os recursos paisagísticos.

## 9.1 PATRIMÓNIO CULTURAL

Relativamente ao FCD Património Cultural verifica-se que a proposta de PDM envolve as seguintes oportunidades:

- 😊 Valorização do património cultural utilizando as vantagens associadas à diversidade e interesse dos espaços naturais envolventes
- 😊 Requalificação de oferta turística através de projetos e ações concertadas de valorização do património arquitetónico, cultural e ambiental.

Como principal risco identificado salienta-se:

- 😞 A possível perda dos elementos construtivos tradicionais, aquando das ações de reabilitação do edificado.



## 10 SÍNTESE DE OPORTUNIDADES E RISCOS

O Quadro 6 resume as oportunidades e riscos associados aos Objetivos Estratégicos do PDM da Lousã, identificados no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica.

Quadro 6 – Resumo de oportunidades e riscos identificados na AAE.

Objetivos Estratégicos da revisão do PDM da Lousã						
FCD	OE I	OE II	OE III	OE IV	OE V	OE VI
<b>Ordenamento do Território</b>	😊	😊	😊	😊	😊	😊
<b>Qualidade Ambiental</b>	😊	😊	😄	😊	😊	😄
<b>Riscos Naturais e Tecnológicos</b>	😊	😊	😊	😊	😊	😊
<b>Biodiversidade</b>	😄	😞	😊	😊	😄	😊
<b>Património Cultural</b>	😊	😊	😊	😊	😄	😊

😄 – Interação muito favorável

😊 – Interação ligeiramente favorável ou nula

😞 – Interação desfavorável

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA REVISÃO DO PDM:

- OE I – Afirmação do concelho, no contexto regional e nacional, como área privilegiada de oferta de atividades económicas, turísticas e de lazer, sustentada no ambiente natural e nos recursos endógenos com destaque para a floresta.
- OE II – Ajustamento das acessibilidades inter-regionais e conservação/monitorização das vias intraconcelhias.
- OE III – Conclusão e manutenção da política de infraestruturização e saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais, conciliada com sistemas multimunicipais.
- OE IV – Adequação dos equipamentos coletivos e serviços de carácter social, cultural, educativo, de saúde, bem como das infraestruturas industriais e económicas às necessidades da população.
- OE V – Preservação, valorização e promoção do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico.
- OE VI – Implementação, dinamização e monitorização dos diversos planos de nível concelhio, regional e nacional.



## 11 SÍNTESE DAS DIRETRIZES DE GESTÃO E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DOS EFEITOS DO PLANO

Na sequência da Avaliação Ambiental Estratégica da revisão do PDM da Lousã resultaram diretrizes de gestão e medidas de minimização dos potenciais efeitos negativos do novo PDM. O **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** resume as principais diretrizes de gestão e medidas de minimização.

Quadro 7 - Síntese das Diretrizes de Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano.

Fator Crítico para a Decisão	Diretrizes e Medidas de Minimização
Ordenamento do Território	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conter a edificação difusa fora dos perímetros urbanos através de uma maior disponibilização de solos infraestruturados nas áreas urbanas consolidadas;</li> <li>- Criação de fatores de qualidade (estética, ambiental e paisagística), capazes de melhorar a imagem urbana e dinamizar a capacidade atrativa dos aglomerados urbanos;</li> <li>- Implementação/operacionalização das propostas de desenvolvimento do território e aplicação do regulamento do Plano Diretor Municipal;</li> <li>- Criação de serviços, de iniciativa pública ou privada, de apoio às empresas que facilitem a intermediação com instituições fornecedoras de serviços avançados de apoio às empresas;</li> <li>- Garantir que no processo de licenciamento de obras, mesmo nas áreas onde já existam compromissos assumidos, se assegure que as canalizações de linhas de água sejam amplas e não apresentam estrangulamentos;</li> <li>- Assegurar o desassoreamento das linhas de água, uma vez que o assoreamento dos canais artificiais promove o aumento da frequência das inundações;</li> <li>- Promoção de eventos culturais e desportivos de curta duração que, implicando gastos reduzidos geram um conjunto de fluxos turísticos importantes para a manutenção e revitalização deste setor;</li> <li>- Assegurar uma maior racionalização na utilização dos recursos endógenos existentes, promovendo a multifuncionalidade no aproveitamento dos recursos;</li> <li>- Privilegiar a instalação de atividades que contribuem para a diversificação das atividades produtivas, sobretudo nos setores agrícola e florestal;</li> <li>- Criação de mecanismos de incentivo à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções;</li> <li>- Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho.</li> <li>- Promover a requalificação de todos os edifícios públicos, no sentido de proporcionar as condições necessárias a pessoas com mobilidade condicionada;</li> <li>- Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem uma marca do Concelho;</li> <li>- Inventariação e atualização periódica dos recursos naturais, paisagísticos, culturais e patrimoniais existentes;</li> <li>- Dinamização e salvaguarda do património histórico e arqueológico através da organização e promoção de atividades de animação cultural e recreativa;</li> <li>- Fomento de sinergias inter-regionais através da definição de ações comuns, tais como infraestruturização de trilhos e percursos da natureza;</li> </ul>
Qualidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho;</li> <li>- Adotar medidas conducentes à resolução de problemas de salubridade e contaminação em locais de ocupação dispersa;</li> <li>- Depender o licenciamento urbanístico da capacidade do sistema de drenagem e de um tratamento de efluentes autónomo e que garanta os parâmetros de qualidade de descarga definidos pela autarquia;</li> <li>- Dinamizar a utilização dos transportes públicos, nomeadamente o metro de superfície;</li> <li>- Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas, de modo a assegurar a integridade física e paisagística dos ecossistemas, e a evitar riscos de cheias;</li> <li>- Desenvolver e implementar uma estratégia municipal orientada para a melhoria da qualidade de água das linhas de água presentes no concelho, de modo a potenciar também a valorização das praias fluviais;</li> <li>- Estabelecer critérios de expansão e regulação para a indústria extrativa, sempre que haja valores naturais, humanos e culturais relevantes;</li> <li>- Assegurar o acompanhamento e realização de estudos de impacto ambiental ou de incidência ambiental de todos os projetos enquadrados neste âmbito, destacando-se o Parque de Campismo de Montanha e as Zonas Industriais a criar com uma área superior a 10 ha. Imposição da existência de Planos de Gestão de Resíduos em Obra para a execução destas obras e fiscalização apertada do seu cumprimento;</li> <li>- Programar e coordenar as atividades de construção, especialmente as que originam ruído elevado, tendo sempre em atenção as funções desenvolvidas nas zonas próximo da obra (especialmente junto a áreas residenciais);</li> <li>- Implementar um programa de monitorização que permita uma determinação periódica dos níveis de ruído nos estaleiros e nas zonas residenciais adjacentes às obras;</li> <li>- Introdução de medidas de gestão de tráfego com repercussões ao nível do ambiente acústico.</li> <li>- Assegurar a rega regular e controlada, nomeadamente em dias secos e ventosos, da zona afeta à obra onde poderá ocorrer a produção, acumulação e ressuspensão de poeiras;</li> <li>- Acondicionar, cobrir (de acordo com o Código das Estradas) e humidificar, nomeadamente em dias secos e ventosos, os materiais de construção e os materiais residuais das obras, especialmente se forem do tipo particulado, para evitar a sua queda e o seu espalhamento na via pública aquando o transporte para as zonas afetadas às obras ou para o depósito definitivo;</li> <li>- Proceder à limpeza regular dos acessos e das zonas afetadas à obra, especialmente quando nelas forem vertidos materiais de construção ou residuais das obras, no sentido de evitar a acumulação e a ressuspensão de poeiras, quer por ação do vento, quer devido à circulação de maquinaria e veículos;</li> <li>- Conferir especiais cuidados nas operações de carga, descarga e de deposição de materiais de construção e de materiais residuais das obras, especialmente se forem particulados, nomeadamente fazendo um acondicionamento controlado durante a carga, a adoção de menores alturas de queda durante a descarga, a cobertura e a humificação durante a deposição nas zonas afetadas à obra;</li> <li>- Integração paisagística nas zonas de fronteira das áreas industriais, de armazenamento e serviços, através da criação de cortinas arbóreas de proteção visual e de poluição sonora e de poluição da qualidade do ar. Estas cortinas deverão conter uma diversidade de espécies arbóreas e arbustivas e contribuem para a redução dos efeitos do ruído e do vento. Estes espaços deverão ser devidamente conservados de modo a não aumentarem os riscos de propagação de incêndios florestais;</li> <li>- Implementar sistemas de energias renováveis em edifícios da autarquia, assim como assegurar a eficiência energética dos mesmos, apelando a um uso racional de energia.</li> </ul>

Fator Crítico para a Decisão	Diretrizes e Medidas de Minimização
<b>Riscos Naturais e Tecnológicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e custos económicos derivados da sua afetação em caso de inundação;</li> <li>- Estabelecer critérios de expansão e regulação para a atividade extrativa, sempre que haja valores humanos, culturais e naturais presentes;</li> <li>- Desenvolver e implementar uma estratégia municipal específica orientada para a descontaminação gradual das linhas de água do Concelho, em colaboração com os restantes municípios que partilham as mesmas linhas de água;</li> <li>- Criar condições para a Implementação do Plano Municipal de Emergência;</li> <li>- Exigir a elaboração de planos de lavra das explorações de recursos minerais e que estes sejam implementados com rigor e periodicamente atualizados;</li> <li>- Exigir o cumprimento dos Planos de Recuperação Paisagística das explorações de recursos minerais e assegurar o seu controlo rigoroso;</li> <li>- Promover a limpeza e desobstrução das margens e leitos de linhas de água e dos coletores pluviais, de modo a prevenir a ocorrência de inundações.</li> </ul>
<b>Biodiversidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Representação das áreas de distribuição das espécies de flora na Planta de Valores Naturais da Rede Natura 2000;</li> <li>- Criação de novos percursos turísticos e recuperação/manutenção dos já existentes, que integrem valores culturais e atividades de contacto com a natureza, numa perspetiva de educação ambiental, em parceria com o ICNB e organismos ligados à formação agrícola e florestal;</li> <li>- Valorização dos recursos naturais existentes através da qualificação/diversificação da paisagem e das espécies florestais, privilegiando as espécies autóctones;</li> <li>- Promover estudos de caracterização dos valores ecológicos (fauna, flora e habitats) existentes no concelho, fomentando a atualização da sua distribuição espacial e integração da cartografia no planeamento municipal;</li> <li>- Alargamento das orientações de gestão dos valores naturais presentes associadas aos habitats ripícolas (previstas no PSRN2000) a toda a extensão dos principais rios do concelho;</li> <li>- Diversificar as espécies florestais exploradas, promovendo e valorizando as espécies florestais autóctones, mais resistentes ao fogo e com maior capacidade de suporte de biodiversidade;</li> <li>- Promover uma gestão sustentada da floresta, com base nos planos de ordenamento florestal, Zonas de Intervenção Florestal, etc.;</li> <li>- Promover de parcerias e/ou associações entre os setores público e privado, com vista a uma eficaz gestão do espaço florestal e incentivar a certificação como gestão florestal sustentável;</li> <li>- Promover a continuidade das unidades de gestão florestal "Bosques da Lousã" e aumentar a sua área de atuação;</li> <li>- Apoiar e incentivar a elaboração de cartografia da distribuição das espécies exóticas infestantes (por exemplo, a <i>Acacia</i> sp. e <i>Haquae</i> sp.) no município;</li> <li>- Identificar e resolver as causas mais frequentes de incêndios florestais e consolidar a rede de primeira deteção e prevenção de incêndios florestais em consonância com o PMDFCI;</li> <li>- Recuperar as áreas ardidas, visando a reposição do coberto vegetal com espécies autóctones, o aproveitamento dos produtos florestais e a capacidade socioeconómica da área atingida;</li> <li>- Continuar a desenvolver o potencial da caça e da pesca de uma forma sustentada;</li> <li>- Integração da Floresta de Proteção e dos corredores ecológicos do PROFPIN (após trabalhar em planos de gestão florestal) na Estrutura Ecológica Municipal;</li> <li>- Promover a educação ambiental e a vigilância das florestas;</li> <li>- Promover o licenciamento da exploração mineira de extração de inertes e a sua exploração sustentável e compatível com os recursos naturais presentes.</li> </ul>
<b>Património Cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As intervenções realizadas ao nível do património inventariado deverão ser apenas ações de recuperação e valorização, não permitindo a demolição de edifícios ou elementos;</li> <li>- Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem uma marca do Concelho;</li> <li>- Criação de mecanismos de incentivo (p. ex. redução das taxas municipais) à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções;</li> <li>- Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas no Património edificado, de modo a assegurar a integridade dos elementos arquitetónicos dos edifícios;</li> <li>- Deve ser promovida a valorização e aproveitamento do património arqueológico para a realização de atividades didáticas e científicas;</li> </ul>

## 12 SÍNTESE DO QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

De seguida apresenta-se o Quadro de governança para o PDM da Lousã (Quadro 8), destinado a estabelecer as responsabilidades das entidades envolvidas no sentido de garantir o cumprimento dos objetivos definidos relativamente aos fatores críticos de decisão estabelecidos no âmbito da AAE, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Quadro 8 – Síntese do Quadro de Governança para a Ação para o Plano Diretor Municipal da Lousã.

Entidades	Responsabilidades
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento urbano do território regional, assegurando o cumprimento das condicionantes regionais nesta matéria;</li> <li>- Elaborar os Inventários Anuais das Emissões Gasosas da Zona Centro</li> <li>- Desenvolver e manter atualizadas as estimativas regionais de emissões de gases com efeito de estufa (CO<sub>2</sub>) e o potencial de aproveitamento regional de fontes de energia renovável.</li> <li>- Manter atualizadas as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais (FCD) e monitorizar a sua aplicação.</li> <li>- Desenvolver e manter atualizadas as estimativas regionais de emissões de gases com efeito de estufa (CO<sub>2</sub>) e o potencial de aproveitamento regional de fontes de energia renovável</li> </ul>
Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte –CIMPIN	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articular investimentos de interesse intermunicipal, através, nomeadamente, da contratualização da gestão de projetos comunitários no âmbito do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT)</li> </ul>
Águas do Mondego	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Resolver de modo célere todas as infraestruturas que asseguram a entrada em pleno das novas ETAR e disponibilizar os dados de monitorização das redes e equipamentos.</li> </ul>
ARH	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter atualizadas as orientações regionais em matéria de proteção e valorização dos recursos hídricos.</li> </ul>
INAG	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter atualizado o sistema de monitorização e informação sobre os recursos hídricos a diferentes escalas de planeamento.</li> </ul>
Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça – Dueceira	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integra os concelhos de Penela, Lousã, Vila Nova de Poiares e Miranda do Corvo e que pode desempenhar um papel relevante no período de programação financeira 2007-2013, enquanto subconjunto integrado da NUT III Pinhal Interior Norte.</li> </ul>
Autoridade Nacional de Proteção Civil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter atualizadas as informações sobre risco de cheias e de incêndios e planos de emergência respetivos.</li> </ul>
ICNB	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover e apoiar ações de conservação dos valores naturais (espécies e habitats) presentes na área do SIC PTCON0060 – Serra da Lousã integrada no município.</li> <li>- Promover a atualização da cartografia de espécies e habitats do PSRN2000.</li> <li>- Acompanhar os processos de avaliação dos efeitos da implementação das estratégias, medidas e ações previstas no Plano, bem como de outras intervenções suscetíveis de terem efeitos negativos sobre os valores naturais presentes.</li> </ul>
Associação Florestal Nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar uma gestão adequada dos recursos florestais com vista à prevenção dos incêndios florestais, a multifuncionalidade da floresta e redução das espécies de crescimento lento e exóticas infestantes no município.</li> <li>- Promover uma gestão sustentada dos recursos florestais do município.</li> <li>- Apoio aos diferentes desafios impostos às ZIF.</li> </ul>
ONGAs	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar a monitorização da implementação do PDM em matéria de riscos naturais e tecnológicos.</li> <li>- Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e dos procedimentos de AIA.</li> </ul>
Câmara Municipal da Lousã	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de risco e/ou em zonas de conflito potencial de uso do solo.</li> <li>- Controlar os défices infraestruturais existentes, nomeadamente ao nível do saneamento básico.</li> <li>- Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento da rede viária municipal, tendo em conta critérios de mobilidade e proximidade funcional.</li> <li>- Estabelecer um sistema de alerta contra cheias e controlar a expansão urbana e infraestrutural em zonas de inundação, em colaboração com o sistema de proteção civil.</li> <li>- Promover a valorização do património natural e paisagístico do município.</li> <li>- Apoiar as associações florestais na criação e gestão das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF).</li> <li>- Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental.</li> </ul>
.Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar diferentes formas de participação pública.</li> </ul>
IGESPAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter atualizada a informação disponibilizada, dando apoio e fiscalizando as intervenções sobre o património arquitetónico e arqueológico.</li> </ul>
Associação de produtores florestais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a criação de ZIF, acompanhamento dos processos de criação de ZIF's.</li> <li>- Implementação de práticas florestais que conduzam à criação de uma floresta de fins múltiplos e promovam a criação de mais valias para o município.</li> </ul>
População em geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participar ativamente na conservação dos valores naturais do seu município com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável.</li> <li>- Adotar práticas quotidianas de valorização ambiental e energética;</li> <li>- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas.</li> </ul>

### 13 PLANO DE SEGUIMENTO E QUADRO DE CONTROLO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

O plano de seguimento e controlo, como já mencionado, constitui uma contribuição fundamental para a fase de execução do PDM, pois permitirá acompanhar e avaliar os efeitos ambientais de natureza estratégica decorrentes da aplicação do plano, a identificação de resultados inesperados e a consequente adoção de medidas corretivas, dentro do quadro legal permitido. No Quadro 9 apresentam-se os principais indicadores de seguimento definidos no âmbito da AAE. O rol de indicadores definido para cada Fator crítico será analisado anualmente (periodicidade mínima permitida) e o seu resultado encaminhado também anualmente à Agência Portuguesa de Ambiente.

Quadro 9 – Síntese do quadro de Seguimento e Controlo do presente Plano Diretor Municipal da Lousã.

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base da AAE	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	
Ordenamento do Território	<b>As Políticas económicas e as estratégias de desenvolvimento</b>					
	Evolução da ocupação de solo industrial e grau de ocupação	ha	--	218,87	2009	
	Variação do número de estabelecimentos, quartos e da capacidade de alojamento no turismo em espaço rural	N.º de estabelecimentos		--	5	2009
		N.º de camas		--	25	2009
	Evolução das áreas de exploração mineira	ha	--	100	2009	
	Índice de poder de compra - IPCC	-	--	74,62	2007	
	<b>Instrumentos de gestão territorial</b>					
	Evolução global das áreas urbanas	ha	--	1 553,98	2009	
	Taxa de execução do espaço programado	ha	--	--	--	
	<b>Condicionantes, áreas naturais</b>					
	Evolução das áreas de Reserva Agrícola Nacional	ha	--	1 516,46	2009 / Câmara Municipal da Lousã	
	Evolução das áreas de Reserva Ecológica Nacional	ha	--	8 944,70	2009	
	Variação da EEU por habitante	m²/hab	--	180	2009	
	<b>Acessibilidades e Mobilidades</b>					
N.º de edifícios públicos com condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada	N.º	--	15	2009 / Câmara Municipal Lousã		
Qualidade Ambiental	<b>Abastecimento de Água</b>					
	Cobertura da rede de abastecimento de água	%	PEAASAR: ≥ 99%	99%	2006/AdP	
	Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada cujos resultados ultrapassam o limite permitido	%	PEAASAR: < 1%	2,2	2007/CML	
	Número de falhas/quebras no abastecimento de água à população	N.º	--	1 (falha geral no concelho) + 47 roturas	2009/CML + 2007/AdP	
	Percentagem de perdas na rede de abastecimento de água	%	PNA: 30% (2012) 15% (2020)	35%	2009/CML	
	<b>Drenagem e tratamento de águas residuais</b>					
	Cobertura da rede de drenagem de águas residuais	%	PEAASAR: 85% (2013)	76%	2006/AdP	
	Eficiência do tratamento realizado	%	--	ETAR Compacta do Padrão: 93%; ETAR Compacta de Vale Neira: 50%; ETAR Serpins-Rodas: 94%; ETAR Lousã-Póvoa: 91%	2009/AdMondego	
	<b>Recursos hídricos</b>					
	Programas e medidas municipais que visem a proteção dos leitos das linhas de água e respetivas margens	€	--	25 000€	2010/CML	
	Qualidade da água nas praias fluviais	Boa, Aceitável, Má, Interditada, Temporariamente, Retirada	--	2 Aceitáveis, 1 Boa	2008, SNIRH	

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base da AAE	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte
Qualidade Ambiental	<b>Recolha e tratamento de RSU</b>				
	Cobertura da rede de recolha de RSU	%	--	100%	2009/CML
	Cobertura da recolha seletiva e reciclagem de resíduos	N.º de localidades	--	28	2009/CML
	<b>Poluição sonora</b>				
	Evolução das zonas sensíveis e zonas mistas ao longo da aplicação do plano	ha	--	Zona Mista: 1543.11 Zona Sensível: 20.33	2010/CML
	Atividades ou instalações com impacte em termos de poluição sonora	N.º	--	EN17, EN236, variante à EN236, Fábrica do Papel do Prado	2009/CML
	<b>Qualidade do ar</b>				
	Medidas de controlo de circulação de veículos em áreas urbanas	N.º	--	1	2010/CML e Metro Mondego
	<b>Eficiência Energética</b>				
	Número de edifícios da autarquia alvo de RCESE/RCCTE com classe igual ou superior a B-	N.º	PNAEE 20%	0	2008/PNAEE
Número de Edifícios autárquicos alvo de Microgeração	N.º	PNAEE 50%	0	2008/PNAEE	
Riscos Naturais e Tecnológicos	<b>Incêndios</b>				
	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em locais com risco de incêndios	%	--	0	2005/PMDFCI
	Evolução anual de território ardido	ha	--	1 105,28	2005/PMDFCI
	<b>Erosão dos solos</b>				
	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em locais com risco de erosão	%	--	0	2005/CML
	Evolução da área com risco de erosão	ha	--	4 913,93	2005/CML
	<b>Risco de Cheias</b>				
	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em áreas com risco de cheias	%	--	0	2005/CML
	Evolução da área com risco de cheias	ha	--	143,08	2005/CML
	<b>Risco de Contaminação</b>				
	Percentagem de resolução de focos de poluição pontual (unidades industriais e equipamentos)	%	--	0	2009/CML
	Percentagem de sucatas existentes transferidas para zonas industriais infraestruturadas	%	--	0	2009/CML
	<b>Risco de Explosão</b>				
Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em áreas com risco de explosão	%	--	--	--	
Biodiversidade	<b>Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN)</b>				
	Proposta de planos de Gestão e/ou Ação visando a conservação da biodiversidade	N.º	--	0	2009/ Câmara Municipal da Lousã
	<b>Diversidade de espécies e habitats</b>				
	Diversidade de espécies de fauna ameaçadas e protegidas (dos quais prioritárias)	N.º	--	4 (2)	2009/ PSRN2000 e Câmara Municipal da Lousã
	Diversidade de espécies de flora ameaçadas e protegidas (dos quais prioritárias)	N.º	--	2	2009/ PSRN2000 e Câmara Municipal da Lousã
	Habitats protegidos (dos quais prioritários)	N.º	--	16 (3)	2009/ PSRN2000 e Câmara Municipal da Lousã
	<b>Estrutura Ecológica Municipal</b>				
	Situações potenciais de conflito	N.º/ha	--	9/382,84	--
Expressividade dos corredores ecológicos do PROFPIN na EEM	ha/%	--	--	--	
<b>Gestão e conservação da floresta</b>					



FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base da AAE	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte
	Evolução e expressividade de Zonas de Intervenção Florestal	Nº/%	--	0/0	2009
	Área de floresta de conservação	ha	--	6 184,10 ha	2009/ Câmara Municipal da Lousã
	Área de floresta de proteção convertida em áreas urbanas/urbanizáveis, industriais, equipamentos e infraestruturas	ha/%	--	0/0	Câmara Municipal da Lousã
	<b>Paisagem</b>				
	Expressividade do solo rural transformado em solo urbano/urbanizável e industrial	%/ha	--	2,7%(374 ha)	--
	Intrusões na paisagem em áreas sensíveis	Nº	--	9	--
	<b>Valorização dos recursos cinegéticos</b>				
	Zonas de caça e expressividade das respetivas áreas	N.º/%	-	2/97,2%	2009/ Câmara Municipal da Lousã/ AFN
Número de licenças de caça emitidas (das quais para caça maior)	N.º	-	257 (263)	2008-2009/ Câmara Municipal da Lousã	
<b>Património cultural</b>	<b>Valores arqueológicos e arquitetónicos</b>				
	Património arquitetónico classificado	Nº	-	16	2009
	Património arqueológico	Nº	-	23	2009



## 14 CONCLUSÃO

Apesar de a Revisão do PDM se encontrar próximo da fase final do processo de revisão (a aguardar Consulta Pública) aquando da entrada em vigor entrada em vigor dos D.L. n.º 232/2007, de 15 de junho, e D.L. n.º 316/2007, de 17 de setembro, e de tal facto condicionar bastante o alcance da presente Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), na medida em que os Objetivos Estratégicos e as opções/iniciativas territoriais (Plantas de Ordenamento e Condicionantes,...) se encontravam praticamente concluídos, verificou-se desde logo que a revisão do PDM da Lousã apresentava já um forte fio condutor rumo à sustentabilidade ambiental do município, patente nos pontos 9 e 10 deste documento.

O presente ilustra a conclusão de que existe um balanço que pende significativamente a favor das oportunidades e efeitos positivos identificados com a revisão do PDM em apreciação.

Com vista à minimização dos efeitos ambientais negativos de índole estratégica e à potenciação das oportunidades identificadas foram apresentadas Diretrizes de gestão e medidas de minimização, um Quadro de governança e ainda um Plano de seguimento e controlo da aplicação do PDM que interessa atender.

Assim, o novo PDM, acompanhado do Relatório Ambiente (e respetivo Resumo Não Técnico), será apresentado a Consulta Pública, após a qual será elaborada a Declaração Ambiental deste processo para apresentação na Agência Portuguesa de Ambiente e ao público em geral.

Coimbra, 02 de setembro de 2011.



Nuno Maria Brilha Vilela  
(Biólogo, MSc Economia Ecológica)

Dep. de Estudos Ambientais  
SINERGIAE, Lda.